A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha(CE) e o Processo de Romanização do Catolicismo Brasileiro (1928-1972)

Prof. Ms. Océlio Teixeira de Souza
Universidade Regional do Cariri – URCA
oceliosouza@gmail.com
otssouza@hotmail.com

Resumo

O presente artigo constitui parte integrante do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2000, junto ao Programa de Pós Graduação em História da UFRJ, sob o título: **A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e a autonomia (1928-1998)**. Tomando como referência o processo de romanização vivenciado pela Igreja Católica brasileira, do fim do século XIX a meados do século XX, discuto como esse processo foi experimentado em Barbalha e sua influência nas relações da igreja local com a Festa do Pau da Bandeira.

Palavras Chaves: romanização, festas, popular, religiosidade e circularidade.

Abstract

This article draws on the third chapter of my dissertation for the Graduate Program in History at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). My thesis entitled: The Feast of Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): between control and autonomy (1928-1998) was defended in August 2000. My research examines the process of Romanization experienced by the Brazilian Catholic Church from the late nineteenth to mid-twentieth century in Barbalha (CE) and its influence on the local church represented in the Feast of Pau da Bandeira.

Key Words: romanization, feasts, popular, religiosity and circularity.

A Festa do Pau da Bandeira

O Cortejo do Pau da Bandeira consiste no carregamento de um grande mastro do sítio São Joaquim (nos últimos 4 anos o pau tem sido retirado do Sítio Flores, distante cerca de 10 km da sede do município), que dista 5 km da cidade de Barbalha, até a Praça da Igreja Matriz, onde é levantado com a bandeira de Santo Antônio. Não se sabe com precisão quando ocorreu o primeiro cortejo com o mastro da bandeira do Santo Padroeiro. Há duas versões na tradição oral local. A primeira remete ao inicio do carregamento do pau da bandeira no último quartel do século XIX. A segunda define esse momento, em 1928, como primeiro ano do paroquiato do Padre José Correia Lima.

O Padre José Correia assumiu a paróquia de Barbalha, em janeiro de 1928, após o falecimento do padre Antônio Jatahy de Sousa. É provável que já ocorresse o hasteamento da bandeira de Santo Antônio por ocasião dos seus festejos. Porém, tudo indica que o Padre José Correia se inspirou no costume popular então existente em Barbalha de hastear a bandeira do santo festejado durante as festas juninas e por ocasião das *renovações* para instituir o Cortejo do Pau da Bandeira do padroeiro Santo Antônio.[1]

João Filgueiras Teles, 83 anos, herdeiro do Sítio São Joaquim, em sua fala relata que:

> Antes do padre Correia esse mastro era colocado só na noite de São João, São Pedro, ainda como uma tradição (...). Aí o padre Correia foi quem introduziu essa história do pau da bandeira, porque nesse tempo só havia nas fogueiras de São João e São Pedro. Aí o padre Correia introduziu querendo a maior árvore, a maior do município pra se ver de longe na igreja matriz, ali no patamar da igreja. Foi introduzida nesse tempo. Me recordo muito. Antes era só mesmo nas festinhas de São João e São Pedro. Aí desde esse tempo o padre Correia introduziu e ficou na festa de Santo Antônio. Isso é o que me recordo desde a minha meninice.[2]

Napoleão Tavares Neves, 69 anos, médico e pesquisador da história regional, valendo-se da tradição oral relata:

> O que eles dizem é que tudo começou em 1928 com o paroquiato do padre José Correia Lima. Ele era um homem jovem, muito disciplinado, um padre virtuoso, filho de Lavras da Mangabeira e que começou a dar um enfoque mais saliente ao cortejo, ao pau da bandeira, que deve ter começado naquela época. Antes, a gente sabe que quando o padre Ibiapina missionou aqui em 1868 sempre recomendava nas casas onde tava havendo novena, que se colocasse a bandeira do santo do dia no mastro, na frente da casa, ou no terreiro da casa. Então é

[1] A *renovação*, no Cariri, foi incentivada pelo Padre Cícero Romão Batista, a partir de 1888. Neste ano o Padre Cícero criou o Apostolado da Oração e orientou as "famílias a entronizarem nas suas casas a imagem do Sagrado Coração de Jesus e anualmente renovarem o acontecimento, juntamente com todas as pessoas da comunidade. Cada família a partir de então passa a calendarizar mais um dia de rememoração, de lembrança e de invocação ao santo da Igreja e aos santos de sua devoção". Cf. FIGUEREDO, José Nilton de. **A (com)sagração da vida**: formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe. Recife: UFPE, 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia).

[2] TELES, João Filgueiras. **João Filgueiras Teles**. Entrevista [08 jan.]. Océlio Teixeira de Souza. Barbalha, 1999. O Dr. Teles faleceu em 25 de dezembro de 2001, aos 84 anos. A idade dos entrevistados tem como referência a data da entrevista.

> possível que a partir daí tenha nascido a idéia do padre José Correia de fazer a mesma coisa para a festa de Santo Antônio.[3]

No período estudado (1928 – 1998), o Cortejo do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha passou por diversas mudanças. A mais importante foi a sua carnavalização[4] promovida pelas camadas populares da sociedade barbalhense. Esse processo de carnavalização foi marcado, sobretudo, pela transformação do Cortejo num momento festivo, com danças, bebidas, músicas e comidas, e pela erotização do mastro (por exemplo, a moça que pegar no pau se casará em breve), constituindo-se num espaço para a prática da religiosidade popular. Assim, o Cortejo foi transformado numa grande Festa, religiosa e popular,[5] e, consequentemente, num campo de conflitos e tensões entre a hierarquia eclesiástica católica local e os sujeitos da Festa, os carregadores do pau.

O Processo de Romanização em Barbalha

Durante o período de 1928 a 1972, a Igreja de Barbalha silenciou sobre o Cortejo do Pau da Bandeira. O padre José Correia Lima que administrou a Paróquia de 1928 até 1945 não deixou nada escrito sobre o mesmo nos seus registros presentes nos Livros de Tombo da Paróquia.[6] Esse silêncio, porém, não está presente apenas nos Livros de Tombo da Paróquia. Ele se faz sentir também no jornal **A AÇÃO**, da Ação Católica da Diocese do Crato. Nos números disponíveis na Cúria Diocesana do Crato, entre os anos de 1942 e 1974, não há nenhuma referência ao pau da bandeira.

---

[3]NEVES, Napoleão Tavares. **Napoleão Tavares Neves**. Entrevista [24 mar.]. Entrevistador: Océlio Teixeira de Souza. Barbalha, 1999.

[4] Uso o termo carnavalização segundo a acepção de Bakhtin. Para este autor, o carnaval na Idade Média e no Renascimento constituía-se na "segunda vida do povo, baseada no princípio do riso. É a sua vida festiva.". Ou seja, o carnaval representava, mesmo que temporariamente, a criação de um segundo mundo, baseado na inversão brincalhona dos valores e hierarquias estabelecidos e na exaltação da abundância, da fertilidade e do baixo corporal. Cf. BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 2 ed. São Paulo/Brasília: Hucitec/Unb, 1993.

[5] Concebo o popular como uma cultura produzida pelas camadas populares ou, conforme Carlo Ginzburg: "conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico" Cf. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16.

[6] Vale observar, que apesar de ter sido criada em 1838, a Paróquia de Barbalha até 1999 possuía apenas dois livros de tombo. O primeiro livro registra os fatos paroquiais referentes ao período de 1934 a abril de 1959. No segundo livro estão registrados os acontecimentos ocorridos de maio de 1959 até 1999. Em 2000 foi aberto um terceiro livro.

Entretanto, há nos Livros de Tombo, desde 1947, registros sobre a Festa de Santo Antônio. Além da festa do padroeiro, os livros registram muitos outros acontecimentos religiosos vivenciados pelos paroquianos de Santo Antônio. Percebe-se, a partir desses registros, que a Paróquia de Barbalha estava em profunda sintonia com a política romanizadora da Igreja Católica brasileira. Alguns estudiosos limitam o processo de *romanização* pelo qual passou o catolicismo brasileiro ao período entre os anos de 1880 e 1920. No entanto, esse período pode ser dilatado, tendo em vista que o projeto romanizador não atingiu todas as áreas do país de forma simultânea. Ele se prolongou, pelo menos até o final dos anos 50, quando teve início o Concílio Vaticano II.

Para Raymundo Heraldo Maués,

> O processo de romanização, ou de reforma da Igreja Católica, representa na origem, justamente uma reação contra o regime do padroado. O movimento visava, no conjunto colocar a instituição eclesiástica brasileira em sintonia com as diretrizes da Santa Sé, já estabelecidas desde o Concílio de Trento (século XVI) e reforçadas, mais tarde, pelo Concílio Vaticano I (final do século XIX).[7]

Dois documentos sintetizam o pensamento do clero romanizado brasileiro. O primeiro é um texto escrito por D. Macedo Costa, Arcebispo de Belém, intitulado **Pontos de Reforma na Igreja do Brasil**. Escrito em 1890, portanto no início da República, momento em que a Igreja estava se separando do Estado brasileiro, esse documento tem como objetivo central a reforma do aparelho eclesiástico brasileiro, a fim de que ele, agora separado do Estado, possa se manter e desempenhar o seu "*papel de mantenedor da vida de fé, do culto e da moral da população*". Para tanto, três aspectos devem ser reformados: a unidade e a autoridade dos bispos, a disciplina do clero e a regeneração da vida religiosa do povo.

O segundo documento é a **Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos das Províncias meridionais do Brasil**, que retoma os resultados das conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, recebendo sua redação final em 1915, durante a conferência episcopal daquele ano. Aceita pelos demais bispos do Brasil, a Pastoral Coletiva de 1915 representou a unificação do pensamento episcopal brasileiro, funcionando como "constituição eclesiástica e como guia pastoral da Igreja Católica do

Brasil até o momento em que as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II começam a ser aplicadas”.[8] O processo de romanização atingiu todos os recantos do país. Onde havia a presença eclesiástica, lá estava a romanização. Não foi diferente em Barbalha. Nesse sentido, vou destacar três evidências presentes nos registros dos Livros de Tombo da Paróquia e que são bastante representativas do processo de romanização em Barbalha. Ao mesmo tempo, irei apresentando, a partir dessas evidências, as características básicas da romanização enquanto movimento vivido por toda a Igreja Católica brasileira.

A primeira evidência que destaco refere-se aos inúmeros registros dos párocos presentes nos Livros de Tombo, até o início dos anos 60, referentes às práticas dos sacramentos, sobretudo o batismo, o casamento e a participação na eucaristia. Esses registros detalham, por exemplo, os números de batizados, casamentos e comunhões distribuídas durante o ano.

A espiritualidade centrada na prática dos sacramentos era uma das características básicas do processo de romanização. Segundo Pedro de Oliveira,

> Aos olhos dos agentes romanizadores, que tinham o catolicismo nos moldes romanos como única forma autêntica de cristianismo, o catolicismo luso-brasileiro parecia uma aberração porque, embora não se opusesse à prática dos sacramentos nem à autoridade eclesiástica, colocava-os em plano secundário em relação ao culto dos santos.[9]

A segunda evidência que destaco como significativa para a compreensão da romanização da Paróquia de Barbalha foi a instalação, em 1950, da Ação Católica por Dom Avelar Vilela Brandão, Bispo de Petrolina (PE) e, mais tarde, Primaz do Brasil. O Padre Otávio de Sá Gurgel, pároco à época, registrou no livro de tombo:

> O ato principal foi feito na Igreja Matriz, tendo Dom Avelar discorrendo magistralmente sobre a atualidade do apostolado leigo para a conquista das almas, nesse mundo moderno e paganizador. Declarou oficialmente fundada a “A Ação Católica” na Paróquia de Barbalha.[10]

---

[7] MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico – um estudo antropológico no interior da Amazônia. Belém: Cejup, 1995, p. 46.

[8] OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis(RJ): Vozes, 1985, p. 283; 297.

[9] Ibid., p. 284.

[10] Primeiro livro de tombo, fl. 51.

Segundo os seus estatutos de fundação, de 1935, "A Ação Catholica Brasileira é a participação organizada do laicato catholico do Brasil no apostolado hierarchico, para a diffusão e actuação dos principios catholicos na vida individual, familiar e social"(Art. 1º.). O artigo 3º., por sua vez, reza: "A A. C. B. está sob a immediata dependencia da hierarchia ..."[11].

O "senso da hierarquia eclesiástica" é a segunda característica básica da reforma da Igreja Católica brasileira implementada pelos bispos, a partir da segunda metade do XIX. Segundo o modelo do catolicismo romano, o bom católico "é aquele que freqüenta regularmente os sacramentos e obedece incondicionalmente à autoridade eclesiástica."[12] Ou seja, o clero é colocado no centro da vida religiosa. É ele que faz a mediação entre os homens e Deus. Nesse sentido, orienta e determina o que os fiéis devem fazer, como devem agir e como devem se comportar.

Essa posição do clero não representa uma novidade. Entretanto, como afirma José Oscar Beozzo, o movimento reformista estabeleceu o rompimento do equilíbrio entre o catolicismo popular brasileiro, formado pelo cruzamento de diversas práticas religiosas, e o catolicismo de origem romana. Escreve Beozzo: "Dizemos que o equilíbrio se rompeu, pois um dos dois catolicismos passa a ser considerado ilegítimo e supersticioso, um mal a ser extirpado, enquanto o outro impõe-se como o único legítimo e reconhecido pela hierarquia da Igreja".[13]

Era preciso, portanto, "purificar" as práticas religiosas católicas brasileiras dos excessos, das superstições, das crendices, do caráter mágico, enfim de tudo aquilo que não fosse condizente com as diretrizes de um catolicismo "puro" e "autêntico".

A terceira evidência que destaco é o fato de que, em 1946, a Paróquia de Barbalha foi entregue à direção dos padres salvatorianos, da Congregação do Divino Salvador. Essa Congregação foi fundada em 1881, pelo sacerdote alemão, Padre Francisco da Cruz Jordan, na Itália. Em 1897, chegavam ao Brasil os primeiros missionários salvatorianos. No Ceará, eles se estabeleceram em 1939, na cidade de Fortaleza. Barbalha foi a segunda cidade cearense a recebê-los.

---

[11] Jornal MENSAGEIRO DIOCESANO. Crato, junho e julho de 1935.
[12] OLIVEIRA, Op. Cit. 1975, p. 279-284.
[13] BEOZZO, José Oscar. Irmandades, santuários e capelinhas de beira de estrada. **REB**. Petrópolis(RJ): Vozes, v. 37, f. 148, dezembro, 1977, p. 743.

Eis a terceira característica do movimento de romanização do catolicismo brasileiro: os bispos trouxeram da Europa diversos padres e entregaram a eles a formação do clero brasileiro e a administração de paróquias, santuários, colégios, e outros estabelecimentos. Em relação à formação do clero, paulatinamente todos os seminários maiores administrados pelos padres seculares passaram para as mãos de padres estrangeiros. Assim, aos padres da Missão francesa foram confiados os seminários de Mariana (MG), de Fortaleza, da Bahia, do Rio de Janeiro e outros. Aos capuchinhos franceses foi entregue o seminário maior de São Paulo. Aos jesuítas alemães o seminário do Rio Grande do Sul (Ibid., p.746).

Além de trazer padres para recomporem as ordens religiosas já presentes no Brasil, os bispos trouxeram também novas congregações religiosas, como os lazaristas, que vão assumir a direção de vários seminários, os redentoristas, os salesianos e tantas outras. A essas novas instituições religiosas são confiadas, conforme salientei acima, a administração de diversas paróquias e a condução de atividades nas áreas de educação e formação dos jovens das classes médias urbanas. Essas ordens e congregações religiosas estrangeiras exerceram um papel fundamental, como auxiliares dos bispos, no processo de romanização do catolicismo brasileiro ou, em outras palavras, na luta contra o catolicismo popular aqui gestado desde o período colonial.

A luta contra o catolicismo popular ocorreu em várias frentes: combate aos santuários populares, às capelinhas de beira de estrada, às irmandades e às festas populares. Aqui, me interessa discutir a relação entre o processo de romanização e as festas religiosas populares. Antes, porém, quero fazer algumas referências ao processo de romanização no Ceará.

A Romanização no Ceará e a Criação da Diocese de Crato

Segundo o Francisco José Pinheiro, a Província do Ceará foi área de romanização por excelência. Em 1854, foi criada a Diocese do Ceará, sendo seu primeiro bispo Dom Luiz Antônio dos Santos, nomeado em 1859 e empossado em 1861. Formado num dos principais centros de romanização do Brasil, Minas Gerais, uma das primeiras medidas de Dom Luiz foi a criação de um seminário diocesano, em 1864. Para dirigi-lo, ele convidou os padres lazaristas franceses "por pertencerem a uma Ordem confiável, isto é, virtuosa, obediente, muito ligada a Roma e estrangeira".

Poucos anos depois, em 1875, Dom Luiz funda o Seminário São José do Crato, entregando-o também aos padres lazaristas.[14]

Como foi observado anteriormente, o processo romanizador objetivava também reformar a estrutura da Igreja Católica brasileira a fim de possibilitar a sua manutenção e crescimento frente à nova realidade: independência em relação ao Estado brasileiro. Nesse sentido, entre 1889, ano da proclamação da república e da separação Igreja/Estado, e 1930, foram criadas setenta e seis novas dioceses. Ou seja, "num período de 40 anos o fraco aparelho eclesiástico do final do Império transforma-se numa formidável organização, de sólida disciplina interna, com controle sobre suas bases leigas, e capaz até de fazer demonstrações de força ao Estado".[15] No Ceará, especificamente, foram criadas, nesse período, duas novas dioceses, a do Crato, em 1914, na região do Cariri, e a de Sobral, em 1915, na região norte do Estado.

A ampliação do aparelho eclesiástico por todo o território nacional é uma clara demonstração da busca efetiva de controle da hierarquia católica sobre o clero e sobre os fiéis. Com a presença dos bispos nos mais recônditos lugares, o exercício e a observância das práticas religiosas oficiais seriam mais bem controlados. É nesse contexto que se insere a criação da diocese do Crato, em 1914.

O primeiro bispo do Crato, Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, foi empossado em 1916. No mesmo ano, Dom Quintino fundou o Colégio Diocesano, destinado à formação da juventude masculina da região. Para se dedicar à formação das "moças de família", Dom Quintino fundou a Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus e o Colégio Santa Teresa de Jesus. Percebe-se, assim, a preocupação de Dom Quintino com a formação da juventude, imprimindo-lhe dessa forma, os preceitos e valores da Igreja Católica.

No entanto, a maior ação de Dom Quintino foi a reabertura do Seminário Diocesano, agora com o nome de Seminário Episcopal, em 1922, com os cursos superiores de Filosofia e Teologia. Essa decisão de Dom Quintino demonstra sua preocupação com a formação dos padres que serviriam na Diocese por ele governada. Durante o seu episcopado foram ordenados treze novos sacerdotes.

---

[14] PINHEIRO, Francisco José. In: Simone Souza. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stilus Comunicações, 1989, p. 195.
[15] OLIVEIRA, op. cit., p. 293.

Dom Quintino governou a diocese até 1929, sendo substituído por Dom Francisco de Assis Pires, à época Vigário Geral da Arquidiocese de São Salvador, Bahia. Este imprimiu um caráter ainda mais forte ao processo de romanização da Igreja local. Fundou diversas associações religiosas, a Ação Católica Diocesana e o jornal A AÇÃO, grande baluarte da propaganda católica em terras caririenses e de combate ao protestantismo, ao comunismo, ao espiritismo e a todo movimento que não estivesse de acordo com as diretrizes da Santa Sé Romana.

O jornal A AÇÃO foi o principal veículo de propagação e de defesa das orientações, dos valores, das normas e doutrinas do catolicismo romanizado na Diocese do Crato.[16] Dirigido e mantido pela Ação Católica da Diocese, o jornal era veiculado semanalmente. Editorialmente, sua existência pode ser dividida em duas fases. A primeira vai da sua fundação, em 1939, até final dos anos 60 e início dos 70, do século XX. Neste período, A AÇÃO caracteriza-se, sobretudo, como jornal católico. Todos os seus artigos e matérias estão ligados à promoção e defesa da fé católica. A segunda fase estende-se dos anos 70 até meados dos anos 80, quando o jornal deixou de circular. Esta fase é marcada por uma abertura da sua linha editorial, pois embora permanecendo católico, o jornal passa a veicular, além das notícias religiosas, notícias políticas, sociais, econômicas e culturais sobre a região do Cariri.

Condenando os valores e costumes seculares, A AÇÃO atacava de forma veemente o carnaval, a bebida, o jogo, a prostituição, os trajes indecentes, enfim tudo aquilo que maculasse os valores católicos. Ao mesmo tempo, apresentava aos leitores as normas, regras e condutas a serem seguidas pelos fiéis católicos, leigos e sacerdotes. Orienta, por exemplo, os pais na formação dos seus filhos e os casais na resolução dos seus problemas. Orienta também os padres nas suas diversas atividades, como na organização e realização das festas e comemorações religiosas.

Um dos principais articulistas do jornal A AÇÃO era o Padre Pedro de Oliveira Rocha. Padre Rocha, como ele mesmo assinava, foi Reitor do Seminário Episcopal, no período de 1941 a 1959. Foi ainda Diretor do Hospital São Francisco e Assistente da Ação Católica. Em 1951 foi agraciado com o título de Monsenhor. Ele era uma das principais vozes do clero diocesano no período em questão. Na sua coluna

[16] Pesquisando no jornal A AÇÃO encontrei diversos artigos condenando o comunismo, o protestantismo e o espiritismo. Ao mesmo tempo, o jornal faz uma apologia do catolicismo e da moral e dos valores

“Alfinetadas”, publicada sempre na primeira página do jornal, ele orientava os católicos sobre os mais diversos assuntos: como se portar na Igreja, relação esposo/esposa, pais/filhos, trajes a serem usados pelas mulheres, dentre outros. Além disso, ele utilizava o espaço também para atacar aqueles que eram considerados os inimigos do catolicismo: protestantes, comunistas e liberais. Padre Rocha escreveu também sobre as festas: festas sociais, festas de padroeiros.

Em sua coluna de 13 de dezembro de 1942, intitulada “Festa de Verdade”, Padre Rocha faz uma comparação entre a Festa da Imaculada Conceição, celebrada em Missão Velha, cidade distante de Barbalha cerca de 20 km, e da qual ele participou, e as festas religiosas “profanizadas” pela “mentalidade pagã”. Ele inicia o seu artigo caracterizando a Festa da Imaculada Conceição: “Festa de verdade. Festa cristã. Festa como a Igreja deseja”.

Em seguida ele passa a criticar as festividades religiosas que são realizadas de forma diversa da desejada pela Igreja. Nesse sentido escreve: “Festas para muitos católicos, à água de laranjeira, são aquelas em que as avenidas se carnavalizam pelo destonteamento de cabeças de ventos, fazendo das noitadas de alegria cristã noitadas de profanação do sagrado”.

A profanação dos festejos religiosos, segundo o Padre Rocha, consistia na realização de danças e jogos durante os festejos, “*muitas vezes às vizinhanças da Igreja*”. Seguindo com suas críticas, ele salienta: “A pretexto de maior renda ou da vitória desse ou daquele partido, empregam-se todos os meios mundanos nas festividades, não faltando, em geral, os bailes em benefício da festa promovida. (...) E acontece sempre assim: renda fabulosa, mas o número de comunhões é reduzidíssimo”.

O artigo do Padre Rocha é bastante significativo para a compreensão da relação da Igreja Católica com as festas religiosas populares. Inicialmente, é preciso destacar que a posição do Padre Rocha reflete a posição dos bispos reformadores do Ceará e do Brasil.

Os Bispos Cearenses e as Festas Religiosas Populares

---

cristãos. O que se percebe é que com Dom Francisco aprofunda-se a idéia de construção de uma “civilização cristã” em terras caririenses.

As **Determinações do Episcopado da Província Eclesiástica do Ceará**, de 1944,[17] apresentam no primeiro título, "Santificação das Festas", as determinações referentes às festas religiosas. No primeiro artigo, assim se expressam os bispos das quatro dioceses do Ceará (Fortaleza, Crato, Sobral e Limoeiro do Norte): "São dignos de particular louvor os nossos Vigários que têm conseguido – como tanto se tem recomendado – expungir das festas religiosas de suas paróquias a mancha da profanação como que o jôgo, o baile, as bebidas alcoólicas tentavam conspurca-las".[18]

Duas questões chamam a atenção nessa orientação dos bispos referente às festas. A primeira refere-se aos três elementos que mancham e maculam as festas religiosas: o jogo, a dança (baile) e a bebida alcoólica. A segunda é a valorização, por parte dos bispos, dos padres que cumprem com o que é estabelecido pela hierarquia eclesiástica. É o que Pedro de Oliveira chamou de "senso de hierarquia", uma das duas principais características do processo de romanização.

Nos anos de 1950 e 1953, foram realizadas novas conferências. Dois novos documentos foram publicados, sendo que o de 1953 é uma síntese de todas as **Determinações** dos bispos cearenses publicadas anteriormente. No que se referem às festas, as determinações são as mesmas. No título XIX, artigo 108, assim determinam os bispos: "São particularmente dignas de reprovação as profanações seguintes que deturpam sobremodo a finalidade de nossas festas religiosas: o baile, o jogo e a embriaguez. Combatamô-las com prudência e firmeza".

Em relação especificamente à bebida alcoólica, está escrito no artigo 116: "Com referência à embriaguez nenhuma necessidade há de lhe mencionarmos os efeitos desastrosos. Nem sempre poderemos evitar êsse mal, devemos entretanto trabalhar por diminuir o mais possível a deturpação das festas religiosas por abusos tão deploráveis".[19]

---

[17] As Conferências Episcopais de 1944, realizadas na cidade de Baturité, distante cerca de 100km de Fortaleza, reafirmaram as determinações de 1941, conforme o próprio documento destaca na sua introdução: "Nada alterou de quanto havia prescrito nas determinações das Conferências Episcopais de 1941."

[18] DETERMINAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DO CEARÁ. Baturité, 1944.

[19] DETERMINAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DO CEARÁ. Fortaleza, 1953.

Na realidade, os bispos cearenses, com essas determinações relativas às festas religiosas por ocasião das comemorações em homenagem aos santos padroeiros, à Virgem Maria e a Deus, apenas seguem as orientações presentes na Pastoral Coletiva de 1915, que no seu capítulo XI, intitulado "Santificação das Festas", artigo 705, recrimina aqueles que nos domingos e dias de festa de guarda realizam trabalhos servis. Nesses dias, estabelecem os bispos romanizadores:

> Com muito maior razão, os fiéis deverão **evitar os pecados**, que não somente afastam o entendimento do afeto às coisas divinas, mas também nos separam completamente do amor de Deus. Reprovamos, portanto, a desídia dos que pensam que os domingos e dias de festas são destinados para o ócio e para os divertimentos, e por isso, em vez de se aplicarem às práticas espirituais, se entregam somente aos espetáculos profanos, ao jogo e aos vícios, dansas e embriaguez, manchando a sua alma e provocando a ira de Deus.[20]

As determinações da Pastoral Coletiva de 1915 foram retomadas em 1939 por ocasião da realização do I Concílio Plenário Brasileiro (CPB) na cidade do Rio de Janeiro, do qual participaram 96 bispos de todo o Brasil. A edição do jornal A AÇÃO, de 11 de julho de 1943, publicou alguns artigos do Decreto 347 do CPB que trata das festas religiosas, dentre eles o artigo 4, que determina:

> A fim de que as festas religiosas não degenerem em pretextos para diversões profanas perigosas, recomendamos vivamente aos Revmos. Párocos e demais sacerdotes (que) se esforcem por extirpar os abusos que se teem introduzido. Anedotas duvidosas, palavras chulas, chocarrices incovenientes, etc., pelos "alto-falantes" -; bebidas em excesso nos "bares" em derredor da igreja; enfim tudo que destoe do espírito da Igreja deve ser abolido.

As festas deveriam ser realizadas, portanto, dentro de um profundo espírito de piedade, a fim de que seus frutos espirituais fossem os maiores possíveis. Neste momento, volto ao artigo do Padre Rocha.

Após expor de forma contundente suas críticas aos festejos religiosos realizados "à moda pagã", conforme destaquei anteriormente, Padre Rocha enaltece a Festa da Imaculada Conceição ocorrida em Missão Velha, enfatizando o trabalho da comissão organizadora: "A comissão promotora, constituída dos elementos da melhor

---

[20] CONSTITUIÇÕES ECLESIÁSTICAS DO BRASIL (Pastoral Coletiva de 1915). Edição de 1950. Grifo do próprio documento.

sociedade e **sob o controle do Revdmo. Pe. Silvino Moreira**,(..?) correu cristãmente, religiosamente, eucaristicamente, segundo os desejos e o pensamento da Igreja."[21] Vale destacar a referência que o Padre Rocha faz ao controle do padre sobre a comissão promotora da festa, numa evidente alusão ao processo de romanização efetuado em todo o Brasil.

Nesse sentido, a Festa da Imaculada Conceição foi modelar, conforme enfatiza o Padre Rocha:

> A ausência dos bailes não tirou o entusiasmo nem o deslumbramento do tríduo, como costumam assoalhar os amigos da futilidade. Senhores e senhoras, rapazes e môças, todos emprestaram o seu concurso aos festejos, sem prejuízo do espírito cristão das solenidades. Um único objetivo norteou a comissão da festa: o de honrar dignamente à Maria Imaculada, numa cabal demonstração de piedade, de respeito e de amor ao culto interno e externo da Igreja.

Ele conclui seu artigo, expressando o desejo de que todas as festas religiosas fossem realizadas conforme a da Imaculada, em Missão Velha:

> Oxalá ocorressem sempre assim, aqui e noutras paróquias, as festividades religiosas, cheias de encanto litúrgico, saturadas do espírito de fé, espargindo o odor da verdadeira santidade. Como N. Senhor não seria mais glorificado, nos seus santos e nas suas festas, se os católicos compreendessem sempre o significado cristão das celebrações do rito católico!!!

Uma outra questão levantada pelo Padre Rocha no seu artigo é a relação entre os vigários e os festeiros que não se dispunham a aceitar as determinações da Igreja:

> Não são poucos os que negam cooperação aos festejos cristãos pelo simples fato de o vigário proibir os excessos de uma mentalidade pagã no que concerne às comemorações dos santos. Pessôas muito da Igreja ostentam cara de cimento armado ao vigário toda vez que são cortados do programa **números carnavalescos**.[22]

Essa relação, como se pode perceber é uma relação conflituosa. E esta tem sido, talvez, a principal característica das relações entre a Igreja Católica e as festas religiosas populares desde os tempos coloniais. Porém, com o processo de romanização

[21] Grifo meu.
[22] Grifo do Padre Rocha.

esses conflitos se tornaram mais intensos, tendo em vista as novas determinações da hierarquia eclesiástica.

A Pastoral Coletiva de 1915, no seu artigo 713, recomenda aos párocos que empreguem todo o esforço para atrair os fiéis às práticas de piedade durante as festas e que evitem tudo o que é contrário "à lei divina e eclesiástica da celebração das festas".

As **Determinações** dos bispos cearenses de 1953, já citadas, no seu artigo 112, orientam os vigários para que antecipadamente combinem "com os festeiros ou promotores de festas religiosas, para deixarem bem assentado que não serão permitidos jogos, nem dansas e que se evitará quanto possível a embriaguez". Mais à frente, no artigo 118, os bispos alertam os vigários para que não se deixem persuadir pelos problemas que essa atitude possa causar: "Poder-se-ia objetar que combater os abusos nas festas causa grande incômodo ao Vigário. Diremos que talvez maiores desgostos venha êle a sofrer, se os não combater."

Essas orientações eram seguidas pelos párocos de Barbalha. No LT1, folha 38 (verso), o Padre Afonso de Oliveira Lima, referindo-se aos festejos natalinos e de fim de ano de 1946 para 1947 e deste para 1948, salienta que "não houve dansa". E acrescenta: "O combate à dansa surtiu sempre um certo efeito."

Na Festa de Santo Antônio, de 1948, ocorreu um incidente, ao que tudo indica uma briga ou mesmo um assassinato. Isto foi motivo para que o Padre Otávio de Sá Gurgel, novo Pároco, suspendesse os "festejos externos", ou seja, as quermesses com seus leilões, barracas e parque de diversão. Todo o esforço deveria ser empreendido a fim de evitar os "abusos" e os "excessos" nas festas religiosas, sobretudo as festas de padroeiro.

Pedro de Oliveira, comentando a posição dos bispos reformadores em relação às práticas religiosas populares, salienta que eles adotaram uma dupla estratégia. Por um lado, optou-se por "não combater diretamente as devoções tradicionais, limitando-se a não participar delas e a condenar os excessos cometidos durante as festas de santos, como a dança, a bebida e o mau uso do dinheiro recolhido pelos devotos". Por outro lado, passou-se a promover festas e novas devoções conforme o espírito romanizador, ou seja, baseadas na prática sacramental e na piedade. Assim, é que aos poucos o clero vai procurando substituir as devoções populares aos santos por devoções

trazidas pelas congregações religiosas européias. Dentre as novas devoções, três se destacam: o Sagrado Coração de Jesus, a Imaculada Conceição e São José.[23]

Festas Religiosas Populares: tensões e circularidades

Historicamente, as festas religiosas populares, uma das principais expressões do catolicismo popular brasileiro, desde o período colonial, eram caracterizadas pela demonstração de fé e de respeito ao santo e pela diversão, sensualidade, comilanças e bebedeiras. Reis (1991) refere-se às festas organizadas pelas irmandades baianas em homenagem ao seu santo de devoção: "A data máxima do calendário das irmandades era a festa do santo de devoção, quando irmãos e irmãs saíam das confrarias aparatados com suas vestes de gala, capas, tochas, bandeiras, andores, cruzes e insígnias em pomposas procissões, seguidas de danças e banquetes".[24]

Mary Del Priore (1994, p.19), referindo-se ao período colonial afirma que as festas religiosas e profanas caminhavam juntas. Escreve ela:

> É como se dentro de cada festa religiosa existisse uma profana e vice-versa. O ciclo do natal é um exemplo característico. Autos natalinos em forma de bailes pastoris para louvar e cantar o nascimento de Jesus eram secundados por cocos, fandangos e batucadas e terminados por danças denominadas "chacotas".[25]

Priore enfatiza também que o comer e o beber eram presenças garantidas nas festas. Segundo ela "tanto quanto o comer, o beber também fazia parte da festa. Tudo indica que a embriaguez era um traço permitido e natural nas ocasiões de festa." Ela observa, ainda, que "o espírito fáustico da festa sobrepunha-se à regra da abstinência (e a outras), fazendo com que as práticas populares de comer e beber em excesso fossem bem absorvidas no conjunto de celebrações".[26]

No entanto, essas festas não passavam despercebidas aos olhos do clero, sempre disposto a intervir quando achassem necessário. Segundo Mary Del Priore,

> A Igreja perscrutava todas as atividades envolvidas pela festa; desde a procissão e o **Te Deum** à sua continuidade em bailes, bebedeiras, jogos e fornicação. O alvo da Igreja era o sentido profano das festas, que devia ser banido das festividades religiosas. Só os aspectos institucional e sagrado deviam

[23] OLIVEIRA, op. cit., p. 285-286.
[24] REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 199, p. 61.
[25] PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19.
[26] Ibid., p. 66.

> vigorar, os mais aspectos da festa devendo ser controladamente integrados aos primeiros. Danças, músicas e fantasias tinham de ser o espelho das demandas eclesiásticas.[27]

Na realidade, até meados do século passado, a atitude da Igreja e dos demais poderes em relação a essas festas "oscilava entre a repressão e a permissão".[28] A busca do controle efetivo sobre a religiosidade popular e especificamente sobre as festas religiosas populares passa a ser uma preocupação sistemática da Igreja, a partir da segunda metade do século XIX, quando teve início o processo de reforma da Igreja Católica do Brasil, ou seja, o processo de romanização do catolicismo brasileiro. Nesse momento, rompeu-se o equilíbrio entre catolicismo oficial e catolicismo popular.

Esse rompimento, porém, não foi absoluto. Não resta dúvida de que houve um forte trabalho por parte do clero em purificar o catolicismo brasileiro. Mas na prática, por um lado, houve muita resistência dos festeiros e, por outro lado, alguns padres não seguiram à risca todas as determinações da hierarquia, mantendo muitas vezes uma relação ambígua com as práticas religiosas populares. É nesse sentido que procuro compreender o silêncio da Igreja de Barbalha sobre a Festa do Pau da Bandeira até os anos 70.

O silêncio da hierarquia eclesiástica de Barbalha e mesmo da Diocese é bastante significativo e suscita algumas suposições. Primeiro, vale salientar que o Livro de Tombo "guarda" a história oficial da Paróquia. Nesse sentido, registrar uma festa caracterizada pela música, bebida, danças e comilanças, portanto uma festa carnavalizada, poderia manchar de paganismos e profanações essa história. Segundo, o registro poderia ainda comprometer os párocos e demais sacerdotes da Paróquia, tendo em vista que o Livro de Tombo é objeto de observação dos bispos por ocasião das Visitas Pastorais.

Durante o período de 1962 a 1984, a Paróquia de Barbalha foi administrada pelo Padre Eusébio de Oliveira Lima, da Congregação do Divino Salvador. Nesse período, o Padre Eusébio teve duas atitudes em relação ao pau da bandeira. A primeira é a atitude do silêncio. Durante cerca de 10 anos ele referiu-se ao pau da bandeira uma única vez, em 1964, quando registrou no segundo Livro de Tombo: "Nesse dia [31 de maio] fez-se também às 16h o tradicional levantamento do

---

[27] Ibid., p. 19.

pau da bandeira: início da festa do Padroeiro." Em 1967, há uma referência ao hasteamento da bandeira de Santo Antônio.

Nesse período, 1962-1971, o Padre Eusébio privilegiou nos seus registros sobre a Festa a realização das novenas, das missas e do Cortejo Processional de encerramento. No entanto, quando em 1964, o Padre Eusébio registra o levantamento do pau da bandeira, ele refere-se ao evento como "tradicional", ou seja, antigo, de longa data. Portanto, ele tinha pleno conhecimento da história da Festa do Pau da Bandeira.

A segunda atitude é marcada pela quebra do silêncio sobre o Cortejo do Pau da Bandeira, quando, a partir de 1972, o Padre Eusébio aos poucos passa a registrar de forma sistemática, inicialmente o hasteamento da bandeira e depois o próprio Cortejo.

Os registros do Padre Eusébio presentes no segundo Livro de Tombo existente na paróquia são bastante amplos e detalhistas. No entanto, em vários momentos, ele salienta que não aconteceu nada que fosse digno de registro:

> Nada de importante sucedeu digno de menção durante os dias deste mês[janeiro/1965];
> Nada a registrar durante esse mês[setembro/1965];
> Nenhum fato digno de nota[janeiro/1966];
> Sem acontecimentos dignos de registro na vida paroquial[fevereiro/1966];
> Nenhum fato digno de menção especial na paróquia[janeiro/1967].

Diante desses comentários, levanto a seguinte questão: será que para o Padre Eusébio o Cortejo do Pau da Bandeira não era digno de registro? Ou, de outra forma, será que o seu registro mancharia a história da Igreja Católica de Barbalha? Pergunta difícil de responder, tendo em vista a recusa do referido sacerdote em não me conceder entrevista ou pelo menos responder um questionário sobre sua experiência à frente da Paróquia de Barbalha.[29] Assim, embora tenha rompido o silêncio nos anos 70 e seguintes, o padre Eusébio hoje prefere novamente silenciar.

---

[28] REIS, op. cit., p. 64.

[29] Procurei várias vezes o padre Eusébio, à época (1999), à frente da paróquia de Missão Velha, cidade vizinha a Barbalha. Ele não concordou com a entrevista, porém se dispôs a responder um questionário. Assim procedi, entregando um questionário a ele em dezembro de 1999. Depois mantive alguns contatos com ele por telefone. A resposta foi sempre a mesma: falta de tempo. De qualquer forma, a partir dos poucos contatos que tive com o padre Eusébio, percebi que ele havia se tornado um crítico severo da maneira como acontece a Festa do Pau da Bandeira. Inclusive, no último contato, em março de 2000, ele me informou que na Festa de São José, padroeiro de Missão Velha, o transporte do pau

Marc Ferro faz uma reflexão interessante acerca do silêncio na história. Partindo do pressuposto de que "*a história é uma disputa*" e que o controle sobre o passado "sempre ajudou a dominar o presente", o historiador francês salienta que esse controle pode partir do Estado, das instituições e da própria sociedade. Escreve ele: "De fato, a sociedade frequentemente impõe silêncios à história; e esses silêncios são tão história quanto a história".[30] No seu estudo, Ferro aborda dois tipos de história: a história institucional, do Estado, da Igreja, do Partido, e outras instituições, e a contra-história, dos grupos sociais que estão alijados do poder. Aqui me interessa especificamente as suas reflexões sobre a história institucional e os seus silêncios. Para ele, "através dos tempos e das culturas, domina o foco da **história institucional**, porque esta encarna e legitima um regime pela história que esse foco produz". Mais à frente, acrescenta:

> A história institucional é também a transcrição de uma necessidade, de certa forma instintiva, de cada grupo social, de cada instituição, que assim justifica e legitima sua existência, seus comportamentos, quer se trate da Igreja, do Estado, do Islão ou do Partido.[31]

Na perspectiva de Ferro a história institucional visa dar à instituição uma memória, uma argumentação, uma defesa, enfim, uma legitimação, tendo uma preocupação básica: a eficácia de sua ação. O que está em jogo para ela é a manutenção das instituições, da tradição oficial, do que é estabelecido como verdade pelo Estado, a Igreja, o Partido. Nesse sentido, o silêncio sobre determinados fatos e acontecimentos objetiva preservar a história e a tradição da instituição de possíveis máculas. Seria esse o objetivo do silêncio dos párocos de Barbalha até 1973?

Não tenho elementos concretos para responder se sim ou se não, apenas possuo alguns indícios que me possibilitam algumas reflexões. No entanto, se a resposta for positiva estou diante de uma contradição, pois, segundo alguns relatos era comum, pelo menos nos anos 50, a participação dos padres no Cortejo do Pau da Bandeira.

Diogo Francelino, 61 anos, carregador do pau da bandeira desde a adolescência, relata que:

---

havia sido cancelado. Haveria, porém, o hasteamento da bandeira em um mastro de ferro. Assim, o ato religioso teria como objeto central a bandeira, e não um mastro/pau.

[30] FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 2.

[31] Ibid., p. 11.

> Tinha dois padres aqui que sempre acompanhava, mas o outro, o vigário mesmo, sempre ficava na igreja, às vezes ficava no colégio. Só quem ia às vezes era Padre Atanásio. Outro padre que eu conheço, eu tou esquecido do nome dele, o nomezinho do padre é que eu esqueci. Ele era um padre muito bom. Era que fazia a festa. Organizava muita coisa aqui na Barbalha e tudo.[32]

É provável que o padre do qual Diogo não lembra o nome, seja o Padre Marcelo Cozer, pároco no período de 1957 a 1962 e que é apontado por alguns carregadores como um padre que gostava de participar da festa e mesmo de tomar umas caninhas.

Juarez David, 65 anos, carregador do pau desde os anos de 1940, fala com entusiasmo da relação do vigário com os carregadores do pau:

> Não existia carregador e nem existia vigário. Era um corpo só. (...) Se comunicava com a maior satisfação. O vigário com a gente, chegava diretamente. Ele parece que sabia do nome de todo mundo. Na época a cidade era pequena, mas parece que sabia do nome de todo mundo. Fulano de tal, cicrano e tal e dizia o nome de todo mundo. Era maravilhoso, completamente diferente do dia de hoje. Valia a pena. Valia a pena.[33]

Esses relatos demonstram que alguns padres tiveram uma participação direta na Festa do Pau da Bandeira, nas décadas de 1950 e 1960. Isso evidencia que os mesmos mantinham com a Festa uma relação de ambigüidade. Essa ambigüidade era fruto da posição que ocupavam. Por um lado, os padres eram membros da comunidade e como tais deviam participar da vida da mesma. Por outro lado, estavam subordinados ao bispo ou à diocese, devendo cumprir com as normas e diretrizes dela advindas. Eles estavam, portanto, numa posição delicada.

Além da presença dos padres, destacada por alguns dos entrevistados, todos os carregadores antigos são unânimes em destacar que o Cortejo daquele tempo, até o início dos anos 70, era realizado dentro de um espírito religioso mais sério.

Juarez David reclama das mudanças ocorridas no Cortejo. Para ele, os mais novos criaram "um outro estilo de carregar o pau da bandeira". Relata ele: "Antes

---

[32]FRANCELINO, Diogo. **Diogo Francelino**. Entrevista [20 dez.]. Entrevistador Océlio Teixeira de Souza. Barbalha, 1999.

[33] DAVID, Juarez. **David Juarez.** Entrevista [02 nov.]. Entrevistador: Océlio Teixeira da Silva. Barbalha, 1999. O entrevistado, atualmente, é evangélico da Assembléia de Deus.

era aquilo como dizia é a fé. A turma carregava o pau da bandeira pela fé. Nunca houve qualquer acidente no período do carregamento do pau da bandeira." Juarez David critica, implicitamente, o aumento do consumo de bebida e os conseqüentes acidentes. Para ele naquela época "o pau da bandeira era espírito de catolicismo. Era, eu tô levando uma coisa de um santo. Eu não vou levar pra debochar."

João Filgueiras Teles, o doador do pau, também enfatiza que o sentimento religioso era mais forte: "... e o modo também como tiravam antigamente era um modo mais piedoso, vamos dizer assim. Era uma festa mais de sentimento religioso. Eram uns homens velhos, maduros, que iam e tiravam o pau e traziam."

Napoleão Tavares Neves, já citado anteriormente, católico praticante e membro do Conselho Paroquial durante o primeiro e segundo paroquiatos do Padre Renato Simoneto (1986-88 e 1993-97), salienta que antes, nos anos 70, o Cortejo "era muito bom, porque o pessoal saía mais ou menos disciplinado, apenas muito eufórico pelo álcool, mas disciplinado".

É evidente que essas falas estão imbuídas do "espírito de catolicismo" oficial. Elas refletem, assim, a circularidade[34] entre os dois campos da prática religiosa católica, a oficial e a popular, pois o Cortejo, desde os anos 40, tem sido realizado num clima de muita festa, com música, dança e bebida.

Domingos Ribeiro Queiroz, 48 anos, carregador desde os anos 60, refere-se aos carregadores nos anos 60 e início dos 70:

> Naquela época era muito melhor do que hoje, porque eram uns homens de fé, era uns homens que trabalhavam sem a cachaça, viu? Era uns homens que tinham aquele prazer. Chegava com os ombros tudo cortado, tudo cheio de sangue.[35]

O "trabalhar sem a cachaça" não significa ausência dessa bebida, pois, conforme relatos de outros carregadores era comum nos anos 40, 50 e 60 o uso da mesma, sendo transportada em cabaças. Além disso, após o hasteamento tinha início a "farra" dos carregadores. Ou seja, fé, devoção e diversão estavam juntas desde esse período, gestando uma experiência de pratica religiosa popular.

---

[34] GINZBURG, op. cit.
[35] QUEIROZ, Domingos Ribeiro**. Domingos Ribeiro Queiroz.** Entrevista [02 nov.]. Entrevistador: Océlio Teixeira de Souza. Barbalha, 1999.

Diante desses dois elementos, a participação de padres na Festa e o "espírito de catolicismo", porque então o silêncio da Igreja sobre o pau da bandeira? A partir das determinações do episcopado brasileiro referentes às festas religiosas, parece-me que esse silêncio se explicaria exatamente pelo fato de que o Cortejo era uma festa marcada por dois elementos tidos com perniciosos e desastrosos para os cristãos: a dança e a bebida. Assim, registrar o Cortejo do Pau da Bandeira seria legitimá-lo perante a história da Paróquia de Barbalha, contrapondo-se, portanto, às determinações eclesiásticas.

Na realidade, o silêncio dos padres era coerente com sua posição de ambigüidade. Como registrar no livro oficial da paróquia uma festa marcada pela "profanização", visto que esse livro era objeto de análise dos seus superiores durante as visitas pastorais? Assim, esse silêncio revela que a relação dos padres com a Festa era tensa e ambígua. Por um lado eles se envolviam com a Festa ou pelo menos não proibiam a sua realização. Dessa forma, eles participavam da vida da comunidade, embora se opondo às orientações e determinações dos bispos presentes nos documentos anteriormente analisados. Por outro lado, eles não registraram o Cortejo nos Livros de Tombo, e com isso mantinham-se oficialmente fiéis às normas e diretrizes dos documentos eclesiásticos. Assim, os indícios que encontrei indicam que eles viviam um sutil "jogo de cintura", buscando o equilíbrio entre o popular e o oficial, entre o proibido e o permitido.